

**Haroldo Hollanda**

**O poder, o povo e a Constituinte**

Embora se afirme o contrário, é quase certo que o governo venha a tentar influir no espírito e nas decisões da futura Constituinte. Já se percebe isso através da missão de que foi investido o ministro Paulo Brossard, da Justiça, a ser realizada nos próximos dias junto aos governadores eleitos. De acordo com comentários difundidos na imprensa, o ministro vai procurar o apoio dos governadores, a fim de que eles moderem as suas bancadas no ato de elaboração constitucional, a ser exercido na Constituinte.

Alega-se que na Constituinte os partidos funcionariam apenas formalmente, pois cada um dos seus integrantes votaria de acordo com suas convicções pessoais, sem levar em conta qualquer tipo de orientação. Isso é verdade apenas, até certo ponto. Na prática, no entanto, iremos observar o contrário, com o governo e as forças políticas afins se articulando, no intuito de influir na Constituinte sobre temas fundamentais e diversos, abarcando desde questões políticas a problemas econômicos e sociais. Para comprovar o que dizemos basta ver a atitude pública assumida pelo presidente Sarney sobre a definição do papel a ser exercido pelas Forças Armadas no futuro texto constitucional. Sarney advogou a tese de que os militares devem também ser responsáveis pela manutenção da ordem interna. Criou-se em contrapartida a isso resistências no PMDB e em outros partidos a que os militares cuidem da ordem interna, sob a alegação de que tem sido frequente a intervenção deles no processo político.

A duração do mandato do presidente Sarney é o outro assunto polêmico da Constituinte, embora só deva ser fixado nas disposições constitucionais transitórias. Os partidos, a esse respeito, se encontram divididos. Há quem assegure que o presidente Sarney estaria trabalhando para que seu mandato seja de seis anos. No entanto, no próprio governo há quem admita que no curso das negociações a serem empreendidas venha o mandato presidencial a ser fixado em cinco anos, numa fase intermediária entre os que pregam quatro e os seis anos.

Mas não cessarão aí as interferências oficiais na elaboração do novo texto constitucional. Como aconteceu tantas vezes em nossa história, é possível até que o poder federal venha a ter um papel dominante ou moderador, entre os diversos grupos sociais. O direito de propriedade e a reforma agrária são questões polêmicas a serem abordadas pela Constituinte. Vários grupos políticos prometem, por exemplo, defender algum tipo de estabilidade no emprego. O governo, junto com as forças conservadoras, irá naturalmente alegar ser preciso evitar que a estabilidade se transforme num mecanismo inibidor do mercado de trabalho. É possível que nesse campo se chegue a uma solução intermediária no curso das negociações a serem promovidas.

Mas a grande questão polêmica da Constituinte será a definição de propriedade, a exemplo do que sucedeu em 46. Tudo indica ser bastante conservadora a composição da futura Constituinte. Mas nada impede que movida por força da opinião pública, a ser nesse sentido mobilizada, as decisões da Constituinte sofram o impacto de influências externas. Em que grau isso se dará é impossível prever, tendo em vista os fatores imponderáveis das circunstâncias e até das paixões desencadeadas no seio da Constituinte.

Dizer que os governadores não terão nenhum tipo de influência na Constituinte é não conhecer a história do Brasil. Em nosso país as decisões giram em torno do poder, seja ele o de Brasília ou o que funciona nos estados. Mas a grande maioria estará mais propensa a se identificar com o governo do que contra ele se insurgir. Deve-se ainda admitir como provável que blocos políticos se sobreponham aos partidos em questões de fundo ideológico a serem suscitadas na Constituinte, envolvendo o direito de propriedade, a estabilidade no emprego e outras questões.

**Paulistas**

São Paulo se transformou numa das mais importantes seções estaduais do PMDB, ali abrigando também um elenco de personalidades políticas de dimensão nacional, como Franco Montoro, Ulysses Guimarães, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Orestes Quércia. Todos eles, de um modo ou de outro, estão de olho na futura sucessão presidencial, o que cria um espírito de rivalidade visível no menor gesto de cada um deles. Quem convive há anos no PMDB sabe que o atual governador, Franco Montoro, e seu sucessor, Orestes Quércia, jamais se toleraram politicamente. Sempre foram cordiais adversários e rivais políticos, embora estivessem abrigados sob a mesma legenda partidária. Agora, essa rivalidade entre os dois começa a se tornar mais ostensiva, à medida que se aproxima a data da posse de Quércia no governo do estado.

O senador Fernando Henrique Cardoso é apontado como o mais audacioso e imprudente entre os políticos paulistas que aspiram disputar a sucessão do presidente Sarney.